

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2022.

3ª. JORNADA DE DIREITOS HUMANOS DA UFMG

ENCAMINHAMENTOS PARA DEMOCRATIZAR OS DIREITOS HUMANOS

No dia 25 de novembro de 2022, foi realizada a 3ª. Jornada de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais realizada pela Pró-reitoria de Extensão da UFMG em parceria com a Rede de Direitos Humanos da UFMG e que teve como tema “Democratizar os Direitos Humanos”. O evento teve como objetivo promover a construção de uma agenda coletiva e articulada entre a universidade e outros setores da sociedade para promoção e defesa dos direitos humanos, no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

Após uma plenária na qual foram compartilhadas várias reflexões e proposições, a UFMG reafirma seu **compromisso** com os **direitos humanos**, com as **lutas e movimentos em defesa** e para promoção dos direitos humanos e todo apoio e solidariedade aos **defensores e defensoras dos direitos humanos** e ressalta a importância de que todas as universidades afirmem essa posição.

Apresentamos à sociedade, os seguintes encaminhamentos que serão enviados para o grupo de transição do governo federal dedicado a pensar a política de direitos humanos do país nos próximos 4 anos:

1. **Retomar**, de forma urgente, o **lugar estratégico das universidades** públicas no país para a **soberania nacional**, pautada nos princípios da **autonomia universitária e do compromisso com o público**. A atuação das universidades nas áreas de comunicação, cultura, memória e justiça, educação, meio ambiente, saúde, trabalho, tecnologia e produção deve se dar em contínuo diálogo com os demais setores da sociedade, com a finalidade de propor, implementar, monitorar e avaliar **políticas públicas fortes** que contribuam com a implementação plena dos direitos humanos;
2. **Ampliar recursos financeiros** para atuação das universidades em ações de educação para os direitos humanos (formação de professores da educação básica, conselheiros de direitos, profissionais de políticas públicas, lideranças comunitárias, política militar, dentre outros.);
3. Deixar de abordar os direitos humanos como elemento isolado ou apartado das demais políticas e agendas; que sejam tomados como dimensão **transversal** de todas as políticas públicas, o que exige sua priorização, inclusive com destinação de orçamento expressivo. A aproximação com as

- causas ambientais**, por exemplo, recusando a separação histórica entre natureza e sociedade faz-se fundamental;
4. Considerando que as universidades públicas se tornaram mais inclusivas nos últimos anos, com a implementação de políticas inclusivas e afirmativas para sujeitos de trajetórias populares, negros/as, indígenas, pessoas com deficiência, imigrantes e refugiado/as é fundamental que as condições materiais de permanência com qualidade e dignidade desses/as estudantes sejam priorizadas por meio de **políticas de assistência estudantil fortes e aumento dos valores das bolsas de extensão, ensino, pesquisa e pós-graduação**, cujos valores atuais são impeditivos para que os/as estudantes possam vivenciar com qualidade nas atividades acadêmicas da universidade, além do **seguro de vida** para atuação de estudantes em atividades de extensão;
 5. Ampliar as definições dos sujeitos a serem contemplados pelas políticas afirmativas como **sujeitos LGBTQIA+ e populações quilombolas**;
 6. Reforçar processos, dispositivos e dinâmicas que tomem a **participação popular como central na construção das políticas de direitos**. Nesse sentido, a retomada e fortalecimento dos conselhos de direitos e outros dispositivos de participação faz-se urgente;
 7. Fomentar e fortalecer **redes** locais, nacionais e internacionais de **promoção e defesa** dos direitos humanos;
 8. Todos os direitos humanos são fundamentais e necessários e ressaltamos a importância que alguns desses direitos ganhem maior **visibilidade e centralidade** na agenda dos direitos humanos:
 - 8.1. contra o esquecimento das violações de direitos humanos - contra anistia aos violadores/as de direitos humanos não somente do período da ditadura, mas que atuaram no passado recente da história do país;
 - 8.2. necessidade de políticas fortes para garantir o direito humano à alimentação adequada - contra a fome, pela saúde, economia popular e desenvolvimento social;
 - 8.3. pelo direito à água e contra a sua privatização;
 - 8.4. políticas fortes de licenciamento e fiscalização para controle de crimes ambientais nos diversos biomas brasileiros;
 - 8.5. atenção aos/às refugiados/as ambientais;
 - 8.6. direito à informação e comunicação de qualidade - fortalecimento de políticas de divulgação científica e popularização da ciência nas universidades;
 - 8.7. contra privatização de unidades prisionais;
 - 8.8. políticas fortes de enfrentamento ao genocídio e encarceramento da juventude e população negra e periférica, vítimas permanentes do estado, vítimas da chamada "guerra às drogas";
 - 8.9. defesa de um debate amplo e continuado sobre a legalização da maconha;
 - 8.10. instituição de comissão indígena da verdade que não se restrinja ao período da ditadura militar;

- 8.11. contribuir com ampliação da visibilidade das experiências sociais, cultura e territórios diversos que marcam a população brasileira, no sentido de desconstruir pré-conceitos e de construir pontes de articulação e diálogo entre diferentes grupos sociais;
 - 8.12. debater sobre o ensino, pesquisa e extensão na área da saúde mental que seguem acontecendo em instituições manicomiais como hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas;
 - 8.13. fortalecer a divulgação do conhecimento que contribui para melhor entendimento das experiências de pessoas com deficiência;
 - 8.14. realização de reformas estruturais que possibilitem a distribuição de riquezas no país;
9. Instituir e ampliar **processos, dinâmicas e estruturas** na universidade que possibilitem a sua **democratização permanente** como fim da lista tríplice na eleição para reitores/as; criação de comissão ou comitê que tenha como atribuição propor políticas de equidade de gênero, raça e sexualidade; aprofundamento de discussões sobre direitos humanos nas diversas áreas do conhecimento; proporcionar maior letramento racial na universidade; maior abordagem nos cursos de saúde das experiências de sujeitos LGBTQIA+; ampliar a relação com os territórios dos sujeitos das ações afirmativas;